

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (1945-1965): ELEMENTOS DE FORMAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DE COMPARAÇÃO HISTÓRICA

Brazilian Socialist Party (1945-1965): Elements of Institutional Formation Based on Historical Comparison

Jeferson Ramos dos Santos

Mestre pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5605-7493>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6236212223321182>

Resumo

Este ensaio irá abordar a criação do Partido Socialista Brasileiro, desde os elementos de formação institucional ao desempenho nos primeiros ciclos eleitorais, a fim de investigar as causas de sua baixa consolidação no período 1945-1965. Entende-se por baixa consolidação a associação entre (i) fraca institucionalização e (ii) desempenho eleitoral incipiente. Será proposta uma análise histórico-comparativa entre a constituição do PSB e dos grandes partidos da República de 1946 — PSD, UDN e PTB. Esta metodologia permite a avaliação de combinações causais de necessidade e suficiência para a ocorrência do fenômeno estudado, alternativamente a análises de regressão multivariada. O objetivo será estabelecer possíveis causas do desenvolvimento organizacional *sui generis* experimentado pelo PSB, por meio da observação de traços embrionários organizacionais e da interação organização-ambiente nos primeiros anos de existência, bem como dados eleitorais do período. Os resultados sugerem uma suficiência causal da origem estatal para a consolidação dos partidos de referência, ausente no caso do PSB.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Sistema Partidário; Institucionalização Partidária; Partido Socialista Brasileiro.

Abstract

This essay will address the creation of the Brazilian Socialist Party, from the elements of institutional formation to its performance in the first electoral cycles, to investigate the causes of its low consolidation in the period 1945-1965. Low consolidation is understood as the association between (i) weak institutionalization and (ii) incipient electoral performance. A historical-comparative analysis will be proposed between the establishment of the PSB and the major parties of the Republic of 1946 — PSD, UDN and PTB. This methodology allows the evaluation of causal combinations of necessity and sufficiency for the occurrence of the phenomenon studied, as an alternative



to multivariate regression analyses. The objective will be to establish possible causes of the sui generis organizational development experienced by the PSB, through the observation of embryonic organizational traits and the organization-environment interaction in the first years of its existence, as well as electoral data from the period. The results suggest a causal sufficiency of the state origin for the consolidation of the reference parties, absent in the case of the PSB.

Keywords: Political Parties; Party System; Party Institutionalization; Brazilian Socialist Party.

Introdução

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) teve origem na conjuntura de abertura política de 1945. Com o fim do Estado Novo e o retorno às eleições presidenciais, um grupo de intelectuais organizou a Esquerda Democrática (ED), para o ciclo eleitoral de 1945, onde esteve associada à União Democrática Nacional (UDN). Já no ano seguinte, a ED se formalizou enquanto um partido político autônomo. Na convenção nacional de 1947 adotou o título de Partido Socialista Brasileiro.

Embora tenha registrado desempenho eleitoral inferior aos grandes partidos da Quarta República, a saber, o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a UDN, o PSB chegou ao máximo posto político com Hermes Lima, Primeiro-Ministro no breve período parlamentarista anterior ao golpe militar de 1964. Desaparecido após o Ato Institucional nº II, que aboliu as organizações partidárias no Brasil, o PSB retornou à atividade em 1985. Durante o período de suspensão, suas lideranças integraram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), única organização de oposição no artificial regime bipartidário de então (1966-1979).

O ressurgimento do PSB, em 1985, manteve o mesmo programa e símbolos do partido criado ainda na década de 1940. Sua estrutura e lideranças, no entanto, passaram por renovação, derivada do período de integração ao MDB. Com novas lideranças, o PSB se recolocou no sistema partidário e logrou crescimento, alcançando seis governos



estaduais nas eleições de 2010, quatro destes na região nordeste, e 450 prefeituras municipais, 263 também na região nordeste.

O desempenho do partido experimentou declínio nos ciclos eleitorais após 2014. Em 2019 a liderança do PSB propôs uma ampla reestruturação organizacional. Daí resultaria um novo manifesto, programa e tentativa de reposicionamento geral da sigla no sistema partidário. Este processo foi denominado "autorreforma" e se desenvolveu entre 2019 e 2022.

Como esforço para melhor compreensão dos desafios enfrentados por esta organização partidária e sua longa trajetória institucional, propomos uma observação mais detida sobre o contexto de 1945 e as características da formação organizacional do PSB — ou, como indicara Panebianco (2005), o modelo embrionário da organização. Embora o tema se mostre algo teoricamente circunscrito, ao explorarmos estes elementos a partir da observação sistemática da literatura, de documentos históricos e de dados eleitorais, entendemos possível o estabelecimento de algumas premissas sobre a natureza do partido em sua primeira etapa de existência, entre 1945 e 1965, como fundamento para que, futuramente, se faça uma mais informada apreciação desta experiência partidária.

A proposta desta pesquisa não é uma exposição histórica do PSB, tampouco apenas análise de desempenho eleitoral, mas uma investigação sobre as causas da não consolidação do PSB nos vinte anos de atividade entre 1945 e 1965 — isto é, baixa institucionalização e fraco desempenho eleitoral. Sinteticamente, a delimitação desta pesquisa está na caracterização e comparação dos elementos de formação organizacional do PSB e dos partidos de referência. A partir daí, a exploração de possíveis causas da baixa consolidação geral da sigla no período estudado.

Embora delimitada a apenas um partido, em período relativamente remoto da história política brasileira, a problemática está inserida nos esforços para melhorar o entendimento sobre uma sigla de razoável porte na contemporaneidade e dona do maior *continuum* institucional dentre seus pares. Embora não contenha um diálogo direto com pesquisas mais recentes acerca do desempenho do PSB nos últimos anos, a reunião de elementos históricos da formação organizacional pode fundamentar a proposição de novas interpretações e conjecturas.



Está ausente do desenho de pesquisa a definição de uma hipótese previamente constituída a respeito das causas da baixa consolidação do PSB em sua primeira fase. Isto se dá, precisamente, por tratar-se de uma abordagem de natureza exploratória, onde a investigação dos contextos e causas orientam os trabalhos, e não o teste de tal ou qual hipótese. A busca pelos contextos causais que envolvem o problema será norteada pela comparação histórica com demais partidos — notadamente PSD, UDN e PTB.

Seguimos o entendimento de Falletti e Lynch (2009) de que os resultados observados em dado fenômeno são dependentes em grande parte do contexto no qual estão inseridos. Nesse sentido, a comparação entre formação institucional do PSB e dos demais partidos indicados encontra-se dentro de certa conjuntura política. Portanto, a partir desta caracterização de contexto histórico e comparação, a metodologia histórico-comparativa proposta aparece como alternativa epistemológica mais adequada, possibilitando a instrumentalização de recursos teóricos típicos desta abordagem para o desenvolvimento da investigação.

Há alguma tradição em estudos específicos de partidos políticos no Brasil, embora em substantivo menor número frente àqueles interessados no sistema partidário. Temos análises clássicas como Chilcote (1982) acerca do PCB; Hippólito (1985) sobre o PSD; Kinzo (1988) com o MDB; e Delgado (1989) com análise do PTB de Vargas. Mais recentemente destacamos Grinberg (2009) em trabalho sobre a ARENA; Ribeiro (2013) com o outono do PFL; e Barros (2024) sobre o PT.

Quanto ao PSB cabe registro da tese de Alem (1989) sobre o partido, com recorte historicamente minucioso de sua primeira fase (1945-1965), e Santos e Sandes-Freitas (2019), com enfoque sobre a trajetória mais contemporânea do partido nos ciclos municipais. Ora trabalhos de orientação mais histórica, ora mais sistemática. A intensão desta pesquisa, com delimitação mais modesta, contribui para o estudo sobre a primeira fase do PSB, notadamente sobre a questão da formação institucional.

A texto a seguir organiza-se com uma primeira seção metodológica, onde será apresentado o arcabouço teórico que conduz as pesquisas, a partir de Borges (2007), Mahoney (2008), Faletti e Lynch (2009), e Perissinotto (2013; 2023). O trecho seguinte trata da conjuntura de 1945 e características da formação institucional de PSD, UDN e



PTB, a título de referência, com a revisão de análises clássicas do campo, como Campelo de Souza (1976), Cardoso (1973,1981), Chilcote (1982), Hippolito (1985), Lima Júnior (1980), Lamounier (1980), Nicolau (2004), Soares (1973, 1981), Scmitt (2000), e Santos (2004). Estas fontes devem dar substrato para o recorte sobre a formação institucional das organizações de interesse. A seção subsequente abordará os fundamentos do modelo originário do PSB ainda enquanto Esquerda Democrática (ED) a partir de Alem (1989), Chacon (1985), Lima (1974) e Mangabeira (1976), incluídas aqui avaliações de dados eleitorais e de alcance organizacional. Por fim, serão apresentadas as características da modelagem organizacional dos partidos, baseados nos avanços de Panebianco (1982) e Levitsky (1998), e avaliados possíveis causas do baixo grau consolidação do PSB na Quarta República.

1. Aspectos metodológicos

O Método Histórico Comparativo (MHC) é uma abordagem que busca no contexto histórico fundamento para comparações de poucos casos selecionados (Mahoney, Kimball E Koivu, 2009; Perissinotto, 2013; Neto e Rodriguez, 2015). Embora estudos políticos que tenham fundamento explicativo a partir de processos históricos datem de clássicos do século XIX e início do XX, do “18 de Brumário de Luís Bonaparte” de Marx ao “Democracia na América” de Tocqueville, e “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” de Weber, o formato mais atualizado de estudos sobre processos causais em sequências históricas é tributário dos avanços Theda Skocpol, Charles Tilly e James Mahoney ao longo das últimas décadas do século XX e início do XXI (Skocpol, 1979; Tilly, Mcadam e Tarrow, 2001; Goertz e Mahoney, 2012; Mahoney e Vanderpoel, 2015).

A operacionalização de pesquisas centradas em uma problemática observável em casos selecionados pôde entregar consistência teórica quanto às dinâmicas causais envolvidas. Para Perissinoto e Nunes (2023), o MHC tem testada aplicação para o estudo de fenômenos históricos ocorridos sobre diferentes objetos — sociedades, grupos sociais, organizações. Esta abordagem de pesquisa não deve ser confundida com análise



minuciosa, puramente histórica. O seu uso nesta pesquisa caracteriza-se pela busca de respostas para certos problemas por meio da comparação.

É, assim, uma metodologia *problem oriented*. Avalia combinatórias causais de necessidade e suficiência para a ocorrência de determinado fenômeno. Neste pormenor, difere de métodos mais tradicionais de análise de regressão multivariada (MRM) que, por sua vez, são úteis para se entender as consequências de determinadas causas, mas não exatamente as causas de determinado fenômeno (Mahoney, 2008). O modelo MRM de análise é pouco adequado ao estudo de fenômenos marcados pela presença de equifinalidade — situação em que um mesmo resultado é produzido por combinação de fatores (Borges, 2007, p. 7). Para estes casos, seriam mais profícuas metodologias adaptadas ao tratamento de combinatórias causais, precisamente como ocorre no MHC.

No caso em tela, a avaliação das características do PSB quando de seu surgimento será complementada com a investigação acerca das causas da consolidação das maiores siglas aparecidas na mesma conjuntura de 1945, notadamente PSD, UDN e PTB. Pontualmente, buscar-se-á responder porque os partidos PSD, UDN e PTB tiveram maior grau de institucionalização e consolidação geral comparativamente ao PSB ao longo da República de 1946. Este entendimento é relevante para a compreensão da natureza daquela formação organizacional.

Para a organização dos achados e proposições seguiremos a tradicional trilha lógica de Mill (Mahoney, 2008; Perissinoto; Nunes, 2023), baseada em teoria de conjuntos, com a notação X ou $\sim X$ para presença ou ausência de causas, e Y ou $\sim Y$ para a presença ou ausência de resultados. Para Mahoney, Kimball e Koivu (2009) seria possível estabelecer cinco causas básicas: (i) necessárias, mas não suficientes, (ii) suficientes, mas não necessárias, (iii) necessárias e suficientes, (iv) SUIN e (v) INUS¹. A lógica orientadora deste estilo de análise está na classificação por aproximação de causas suficientes e/ou necessárias para a ocorrência de determinado fenômeno de interesse. A fonte para estas asserções será, com efeito, a comparação historicamente informada.

¹ A literatura geralmente mantém estas siglas no inglês original. Referem-se a causas *Sufficient but Unnecessary part of a condition which is itself Insufficient but Necessary* (SUIN), e *Insufficient but Necessary part of a condition which is itself Unnecessary but Sufficient* (INUS).



2. A conjuntura de 1945 e os grandes partidos: PSD, UDN e PTB

A seguir serão pontuados elementos relativos ao contexto de reabertura política de 1945 e de formação dos partidos de referência PSD, UDN e PTB. Esta revisão buscará identificar traços fundamentais das organizações para posterior comparação sistemática. Para tanto, seguimos a recomendação de Barrington Moore Jr. sobre a melhor estratégia para estudos desta natureza, “*read a lot and look for patterns*” (Kreuzer, 2024, 530). Daí resulta uma revisão orientada de material, desde literatura especializada a partir de estudos e autores seminais, à documentos históricos como programas e manifestos partidários, bem como recortes de imprensa escrita do período em questão. Mais do que revisitar temas já sobejamente observados, busca-se daí extrair elementos a respeito da problemática fundamental — aspectos de formação institucional que permitam uma comparação sistemática.

Se passavam quinze anos desde a última eleição direta à presidência da República no Brasil, que ocorrera em março de 1930. Após o período de governo provisório (1930-1934), de governo constitucional (1934-1937) e Estado Novo (a partir de 1937), liderados por Vargas, a presidência baixou decreto em março de 1945 estabelecendo data para o retorno das eleições ao país — realizadas em dezembro do mesmo ano. A partir de então, a sociedade política iniciou reorganização após uma década e meia sem eleições gerais. Para a disputa eleitoral que seria experimentada dentro de oito meses, as forças políticas deveriam organizar-se em partidos políticos — suspensos ou severamente restringidos em termos operacionais ao longo do período 1930-1945.

A organização, ou reorganização, de partidos políticos é tarefa complexa, a envolver diferentes setores sociais, acrescida, ainda, pela extensão territorial do Brasil e as dificuldades de transporte e comunicação típicas da década de 1940. A repentina necessidade de estruturação de partidos políticos nacionais, operantes em milhares de municípios, privilegiou, em algum grau, grupos previamente organizados — embora não



enquanto partidos políticos formais². Os três grandes partidos de 1945, PSD, UDN e PTB contavam com organização prévia, ainda que em diferentes estágios de desenvolvimento (Soares, 1981; Campello de Souza, 1976).

O PSD emerge como partido composto por interventores federais e lideranças políticas nos estados. Isto é, com organização extensa, já presente na administração do Estado. Hippolito (1985, p. 120) nota que as discussões iniciais para criação do partido se deram entre os interventores federais Ernani do Amaral Peixoto (RJ), Agamenon Magalhães (PE), Henrique Dodsworth (DF), Fernando Costa (SP) e Benedito Valadares (MG). Apesar do Código Eleitoral de 1945 exigir partidos nacionais, estes dois últimos interventores defendiam o retorno às estruturas predominantemente estaduais — como o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), dominantes na Primeira República (1889-1930).

Para atender as exigências do Código Eleitoral quanto a partidos nacionais — com três níveis de organização (municipal, estadual e nacional) — e as demandas das lideranças políticas já instaladas nos estados, o PSD promoveu uma estrutura federativa, com o diretório nacional composto pelos presidentes dos diretórios regionais. Este modelo legou grande autonomia das seções regionais à direção nacional (Hippolito, 1985, 121).

O PSD, em termos políticos, incorporaria o situacionismo e a continuidade (Fleischer, 1981, 59). Sob o prisma ideológico, a literatura enquadra o PSD como partido moderado-conservador, de clientela ligada à burocracia federal, interesses agrícolas e financeiros. Era, em suma, o partido do *status quo* político em 1945, criado de cima para baixo, a partir do Estado, através de convocação feita pelas interventorias às bases municipais nos estados (Campello de Souza, 1976, 109).

O surgimento da UDN, por sua vez, está ligado não apenas a um grupo político, mas a uma associação entre (i) os derrotados de 1930 e 1937, como Júlio Prestes, José Américo de Almeida e Armando Sales de Oliveira, (ii) lideranças da Primeira República

² Ainda em 1945 o governo introduziu um código eleitoral provisório a indicar a necessidade de organização em bases nacionais dos partidos políticos. Ponto acolhido pela Constituição de 1946. (SCHMITT, 2000, p. 12; FRANCO, 1946, p. 19).



como Arthur Bernardes, (iii) revolucionários de 1930 descontentes com a emergência do Estado Novo, como Flores da Cunha, e (iv) por grupos militares (Melo Franco, 1946, 21; Fleischer, 1981, 48).

O Manifesto dos Mineiros de 1943³, destacada como primeira manifestação de caráter político tornada pública contrária ao Estado Novo, reuniu diferentes correntes políticas e intelectuais, favoráveis à abertura regime (Melo Franco, 1946, 13), servindo como catalizador de descontentes com o *status* e dispostos a constituir-se enquanto alternativa política. Compõe o quadro de emergência de uma forma de oposição ao governo de 1937, também indiretamente, o 1º Encontro de Escritores Brasileiros, cujo documento político⁴ ressaltava a necessidade da consolidação de valores democráticos, em oposição ao vazo autoritário do Estado Novo.

O ressurgimento de movimentos em prol da democracia e da abertura política foi, de certa forma, capitaneado pela UDN a propósito da campanha de 1945. Mesmo figuras como João Mangabeira e Hermes Lima, representantes de grupos intelectuais mais à esquerda, de orientação socialista, também se encontravam associados à UDN para o ciclo eleitoral de 1945, embalados pela possibilidade da constituição de uma frente ampla com pauta comum democrática (Lima, 1974, 149).

Destacamos, ainda, que a UDN também procurou aglutinar em torno de si os antigos partidos estaduais, conforme revela Virgílio de Melo Franco no relatório “A campanha da UDN - 1944-45” (1946, 20). Este esforço deu ao partido, conquanto na oposição, algum alcance organizacional nos estados e municípios. Embora não comparável ao grau de organização do PSD, a UDN largou na campanha de 1945 tendo conseguido arregimentar setores diversos da sociedade civil e política, baseado na plataforma unificante da democracia.

Tal arranjo se desfez, em parte, após a seleção de Eduardo Gomes como candidato à presidência, surgindo daí diferentes partidos, como o Partido Republicano (PR) de

³ Ver < [MANIFESTO DOS MINEIROS | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#) >. Acesso em 23/07/2023.

⁴ Ver < [CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES, I | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#) >. Acesso em 07/04/2023.



Arthur Bernardes, o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros, e o próprio Partido Socialista Brasileira (PSB), já em 1946. A UDN assume, então, neste segundo momento, uma mais destacada posição de partido conservador, interlocutor de elites econômicas e contrário aos avanços sociais experimentados entre 1930 e 1945 — ilustrada em relato de Hermes Lima, a propósito da campanha de 1945, quando acompanha o candidato à presidência pela UDN ao estádio do Pacaembu, em São Paulo, para a apresentação do programa eleitoral: “acotovelam-se nas galerias enquanto os setores populares encontram-se esvaziados”. (Lima, 1974, 151).

Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) teve origem em três grupos distintos, (i) sindicalistas ligados ao Ministério do Trabalho, (ii) a União Social Brasileira, grupo mais ideológico-doutrinário e (iii) a ala pragmática-getulista, composta por egressos do Estado, da administração pública. (Fleischer, 1981, 50). Mesmo tendo em sua formação elementos oriundos da situação, sobretudo do estruturas sindicais criadas e controladas pelo governo, destaca Soares (1981, p. 16), o grau de organização do partido para as eleições de 1945 foi inferior aos dois anteriores — PSD e UDN. O PTB não lançou candidatos em todos os estados como fizeram PSD e UDN, de forma que o fraco alcance organizacional nos municípios mais distantes, rurais, é concomitante à concentração de votos trabalhistas nos centros urbanos.

Soares (1981) aponta, ainda, que tal característica da geografia eleitoral do PTB deveu-se, também, ao seu posicionamento ideológico, sendo o “eleitorado potencial” do partido setores urbanos e operários — embora o PTB tenha registrado forte crescimento nos ciclos eleitorais subsequentes exatamente em regiões mais distantes dos centros urbanos, em paralelo à consolidação da máquina do partido nos municípios. Interpretações mais recentes acerca do desempenho de partidos nos municípios (Ribeiro, 2013; Santos, Sandes-Freira, 2019; Alves, 2023) dão conta importância dos governos estaduais neste pormenor. De forma que a participação do partido em coligações locais sugere um reforço ao crescimento de suas estruturas organizacionais e alcance em localidades inicialmente alheias ao PTB.

A eleição de 1945 resultou largamente em continuidade da administração. O PSD saiu vitorioso com o candidato Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra de Vargas até



desencompatibilizar-se para a disputa eleitoral. A continuidade, por assim dizer, pode ser observada na composição partidária da Câmara dos Deputados, tendo o PSD conquistado 52,8% dos assentos, seguido pela UDN com 29% e PTB com 7,7%. Demais partidos pequenos alcançaram 5,6%⁵. Outro aspecto de destaque para a interpretação do resultado como uma vitória da situação, foi o PTB, partido com laços inseparáveis com a administração pré-1945, ter apoiado o candidato do PSD vitorioso no pleito. PSD e PTB, ambos criados a partir do varguismo, e a UDN como eixo de oposição.

Da conjuntura de 1945 é possível inferir que partidos surgidos a partir do Estado, essencialmente PSD e PTB, experimentaram notável alcance eleitoral, como bem colocou Campello de Souza (1976). Já a UDN logrou reunir diferentes apoios, inclusive ideologicamente distantes, sob a bandeira comum da defesa da democracia e utilizou-se de forças políticas pré-Revolução de 1930 nos estados. Em suma, a abertura política de 1945 e o estabelecimento de partidos políticos nacionais no Brasil resultou em manutenção do controle político de grupos ligados ao Estado, seja pós-1930, seja pré-1930. Para os propósitos desta pesquisa a constatação de que os três partidos de referência têm em comum uma indiscutível raiz estatal, é ilustrativa da relevância do alcance organizacional para o seu bom desempenho.

O surgimento de organizações políticas oriundas da sociedade, sem vinculação com a administração e suas clientelas encontrou em 1945 difícil terreno para prosperar. A abertura, é lícito dizer, favoreceu a grupos já estabelecidos no poder, não às forças sociais mais diversas e difusas. O exíguo prazo de organização para as eleições de dezembro de 1945 privilegiou sobremaneira partidos com prévia organização, ainda que indiretamente.

3. Modelos originários de organização

Para uma breve observação sobre os modelos originários e institucionalização partidária, propomos uma combinação de abordagens, de Panebianco (1988 [2005]) a Levitsky (1998). O autor italiano propõe que a institucionalização poderia ser ponderada

⁵ Ver Nicolau (2004, p. 90).



por meio da avaliação do grau de independência da organização quanto ao meio em opera, sendo um instrumento de medição a verificação da complexidade das relações intraorganizacionais, ou sistemicidade, como pontuaram Braga e Pimentel Jr. (2013). Levitsky (1998, 79-81), por sua vez, vai além para redimensionar a questão em termos de (i) institucionalização por infusão de valores da organização, como aspectos ideológicos, simbólicos e de identidade — a organização como valor em si mesma; e (ii) rotinização de comportamentos e prevalência de regras do jogo. Haveria, assim, duas formas distintas para o alcance de mais elevados graus institucionalização partidária.

Propomos aqui a ideia de consolidação de partido, que envolve o grau de institucionalização e resultados eleitorais recorrentes. A premissa indica que os partidos consolidados seriam aqueles com graus mais elevados de institucionalização, associados a resultados eleitorais positivos de forma não esporádica.

Nesse sentido, em uma visada sobre o modelo originário dos três grandes partidos da República de 46 é possível pontuarmos o PSD como partido inteiramente oriundo do Estado, de quadros e estrutura presentes na administração. Assim, o partido gozou de extensa presença organizativa territorial já na largada, isto é, já nas eleições de 1945. O aproveitamento da estrutura do Estado para alavancar o partido levou a que sua presença fosse registrada em todos os estados, com robusto alcance municipal (Soares, 1981, 17). No entanto, diferentemente da caracterização de partido de difusão territorial (Panebianco, 2005), ou seja, com o fortalecimento de lideranças políticas locais e posterior associação entre si no plano nacional, aqui o modelo originário é algo, digamos, artificial — subproduto das estruturas e quadros da administração.

Se observarmos a questão da institucionalização, conforme proposta por Levitsky (1998), verificar-se-á que o PSD não realizou a passagem de uma organização centrada em objetivos, para uma organização centrada em si mesma e em sua sobrevivência — adaptando-se ao meio. Isto pois, exatamente, o PSD nasce fruto da artificialidade da criação a partir de uma rede organizacional já existente. Nesse sentido, há baixa infusão de valores da prévia organização partidária — o partido aparece já em uma etapa avançada de organização, não havendo ocasião para a formação e fixação de valores organizacionais.



De outro lado, o PSD organizou-se de forma descentralizada, baseada em lideranças políticas locais — os interventores. A tensão entre o partido — organização central — e os diretórios estaduais leva a ocorrência de dissidências, fruto da contestação das lideranças locais das normas propostas pela organização nacional (Hippolito, 2012, 141). Temos, assim, um quadro de baixa institucionalização sob o prisma das normas e regras jogo na organização, no sentido de Levitsky (1998) — há contestação das normas e fragmentação do partido em federações políticas regionais. Em suma, uma baixa infusão de valores organizacionais e, igualmente, baixa institucionalização sobre o prisma da padronização e regulação organizacional.

Ora, se de um lado nos aproximamos de uma caracterização de baixo grau de institucionalização, de outro lado o PSD figurou como um dos grandes partidos da Quarta República. Tal significaria sua não consolidação? Defendemos que o PSD, sim, foi uma organização consolidada, mas isto se deveu-se a sua institucionalização artificial, emprestada, por assim dizer, do Estado, da administração — com longo alcance organizacional ou, ainda, maquinaria política.

A UDN registra, também, uma origem derivada de lideranças políticas locais — embora mais ligadas às administrações anteriores a 1930 (Chacon, 1985, 51). Se os inícios da UDN revelam uma origem a partir de elites políticas regionais, o partido contava concomitantemente com ligações na sociedade civil, de modo a lhe dar alguma organicidade. Após a seleção de Eduardo Gomes à disputa eleitoral de 1945 o partido perdeu quadros — lideranças regionais optaram por fundar legendas próprias — e assumiu um formato mais coeso, sob o ponto de vista ideológico. A organização passa da dispersão territorial baseada em lideranças locais, para um modelo de penetração territorial, mais centralizada, caracterizando uma modelagem mista com tendência à centralização.

Após o ciclo eleitoral de 1945 a UDN experimentou a passagem de um partido cujo objetivo seria o retorno à democracia, para um partido estruturado de forma mais centralizada, com notável *party brand* ultra-antipopulista e intransigente para com o governo, embora dele fizesse parte, afinal há que se sobreviver para além do lacerdismo



e da virulência argumentativa⁶. Chacon (1985) nota, de outro lado, que a UDN seguia frágil enquanto organização, assemelhando-se mais a um movimento de lideranças conservadoras.

Podemos asseverar que a UDN se encontrava algo mais institucionalizada comparativamente ao PSD, em termos de *value infusion* — da defesa da democracia à manutenção do partido como um vaso conectante do conservadorismo da sociedade civil à sociedade política. Não obstante, igualmente pouco institucionalizada em termos de rotinização e padronização, mantendo forte presença de lideranças localistas com agendas próprias, mas sem paralelo ao grau de federalismo experimentado pelo PSD.

Pontuamos que os elementos de maior relevo para a institucionalização da organização tendem a ser (i) a crescente coesão ideológica; (ii) a associação em 1945 entre grupos da sociedade civil em prol da democratização; e (iii) articulação com lideranças e estruturas políticas pré-1930 nos estados. Destes três grandes elementos, o primeiro constituiu-se ao longo dos anos até 1965, não podendo responder pelo largo alcance já em 1945. O segundo elemento, presente sobretudo em 1945, é restrito aos centros urbanos, como o 1º Encontro Brasileiro de Escritores e o Manifesto dos Mineiros, por exemplo, não sendo adequado entendê-lo como condição para a grande presença territorial do partido já no primeiro ciclo eleitoral após a reabertura. Resta o terceiro elemento, as estruturas políticas pré-1930. Nesse sentido, é igualmente para a UDN a caracterização de sua origem parcialmente estatal como elemento de maior potencial explicativo para a sua rápida consolidação. A consistente presença eleitoral associada a uma institucionalização tributária em larga medida da coleção de lideranças pré-1930 e locais, estaduais, imiscuídas no aparato estatal-administrativo, permite estabelecermos a consolidação da sigla. Ressalvada a causa primeiramente estatal de sua institucionalização.

O PTB, por sua vez, guarda algumas características até então não verificadas nas demais organizações observadas. Também criado em 1945 para disputar as eleições

⁶ A UDN destacou-se como marca anti-getulista, e antipopulista de forma geral, com a marcada atuação da chamada “Banda de Música”, grupo estridente de políticos e comunicadores, como Carlos Lacerda e Amaral Neto, udenistas de orientação conservadora (CHACON, 1981, p. 153).



daquele ano, o partido resulta da organização prévia não de lideranças políticas locais, mas de agentes ligados ao Ministério do Trabalho e a seus grupos sindicais. A ligação com as estruturas sindicais oficiais legou grande interlocução com o operariado. Registra-se, desse modo, que o PTB também aproveitara estruturas prévias oriundas do Estado, mas com um grau de difusão e organização nos estados e municípios inferior a PSD e UDN. A partir das eleições de 1945 o PTB experimentou crescente expansão organizativa, visando alcance eleitoral nos municípios mais remotos (Fleischer, 1981; Chacon, 1985).

O modelo parece associar-se a um formato originário de penetração territorial, seguida por expansão com base centrípeta. Isto é, crescimento orientado ao partido, com baixa presença de lideranças localistas e com consolidação da maquinaria partidária. Contribui para este quadro a existência de uma figura carismática de envergadura nacional, associada a políticas de extensão de direitos sociais-trabalhistas: Vargas. O PTB surge como organização ligada a expansão de direitos trabalhistas, com claras propostas políticas — no sentido de garantias e melhorias ao mundo do trabalho — mas rapidamente demonstra esforço para adaptação ao meio, optando pelo apoio ao PSD de forma a obter subsistência funcional na administração Dutra (Neto 2014, 44).

Em suma, o PTB registrou crescente grau de institucionalização, conseguindo articular os seus objetivos políticos com as circunstâncias ambientais. É, assim, partido com maior grau de *value infusion* e institucionalização por padronização do comportamento. O seu notável crescimento eleitoral⁷, é lícito argumentar, se dá em parte como resultado de tal dinâmica. Este processo, por seu turno, tem fonte (i) nas estruturas da administração federal pós-revolução de 1930; (ii) em sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho; e (iii) da figura carismática de Vargas. Diferentemente de PSD e UDN, o PTB não teve acréscimo de numerosas lideranças políticas estaduais — foi organizado a partir de estruturas federais. Nos ciclos seguintes o alcance nos municípios do PTB aproximou-se das demais siglas. A consolidação do PTB é crescente, embora com claro fundamento na administração federal.

⁷ Ver Tabela 1 em Santos (2004, p. 732).



Da visada proposta, notoriamente de superfície, dado o objetivo de apontar apenas os contornos da conjuntura da reorganização dos partidos pós-1945, retiramos que o papel do Estado enquanto fonte de organização prévia foi substantivo. Nas três maiores e mais consolidadas agremiações da 4ª República houve marcada institucionalização artificial, subtraída do Estado e suas organizações. Os partidos surgiram já com vasta estrutura, herdando postos, lideranças e conexões que se desenvolveram ao longo do Estado Novo — e até mesmo pré-1930.

Em outros termos, onde houve o fenômeno consolidação partidária (Y), houve a presença de estruturas do Estado na origem das organizações (X). A constatação desses traços gerais da conjuntura de 1945 podem ser informativas quando de uma observação mais detida sobre a experiência do PSB neste período, notadamente um partido que não gozou de consolidação (~Y) no período 45-64 e não se originou no Estado e em lideranças políticas nele contidas (~X).

4. Mesofundamentos da criação da esquerda democrática e do partido socialista brasileiro

A seguir será revisitada a criação do PSB em meio a abertura política de 1945. Entre os microfundamentos da agência individual e os macrofundamentos do contexto, o enfoque será dado aos mesofundamentos da criação institucional, de forma a investigarmos os mais destacados traços organizacionais, bem como os resultados eleitorais nos primeiros anos de operação.

Ao final do Estado Novo, com o relaxamento da censura oficial, é possível notarmos a emergência de renovadas posições em prol de um governo democraticamente constituído. Tal posição tornara-se voga até para anteriores colaboradores de Vargas. Francisco Campos, Ministro da Justiça entre 1937 e 1941, autor solitário da Constituição de 1937, qual estabeleceu o Estado Novo e deu lustro jurídico à fase mais autoritária do governo desde a Revolução de 1930, em entrevista ao Correio da Manhã de 3 de março de 1945, reconhece, “Estamos numa situação de governo *de facto*, que só poderá



legitimar-se mediante o exercício pleno e livre do poder constituinte. Somente a Nação, no exercício de seu poder constituinte, pode dar início ao processo de constitucionalização” (Campos, F. *Correio da Manhã*, Entrevista, 03/3/1945, 5).

Figura simbólica do Estado Novo, Francisco Campos desatou na sociedade política, com a publicização de seu posicionamento acerca da necessidade de profunda reforma jurídico-política do Estado, numerosas manifestações de caráter similar. Isto somado à posição oficial para o retorno das eleições em dezembro de 1945, proporcionou uma janela de oportunidade para a organização de grupos em defesa da abertura política e da democracia. Desde 1943, conforme nota Melo Franco (1946, 43), com o Manifesto dos Mineiros, a sociedade civil e a sociedade política deram sinais de desacordo com o regime, todavia de pouca repercussão devido à censura imposta aos veículos de imprensa.

O ambiente de 1945 era de efervescência com o prospecto da redemocratização que se avizinhava. Em janeiro ocorreu o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, onde o conjunto de intelectuais presentes lançou manifesto em defesa da democracia, constitucionalização e soberania popular. O congresso, anota Chilcote (1982, 93), marca o posicionamento de diversos intelectuais que viriam a constituir a Esquerda Democrática (ED). Alem (1989, 48) reforça que, no ambiente do Congresso, “futuros dirigentes socialistas, intelectuais e professores tiveram a oportunidade de, aqui e ali, para auditórios estudantis ou da classe média, levantar a questão da democracia e até mesmo do socialismo”.

Publicamente o grupo da ED apareceu em 12 de junho de 1945, com menção de apoio à candidatura de Eduardo Gomes pela União Democrática Nacional (UDN) à presidência da República nas eleições de dezembro. Em 25 de agosto do mesmo ano a ED realizou sua primeira convenção nacional e destacou, em manifesto assinado pelos participantes, a intenção de vir a constituir-se como partido político (Lima, 1974; Chacon, 1985; Alem 1989).

No mesmo documento é possível observar que a ED, de um lado, emprega algum esforço para diferenciar-se da UDN, apontando o objetivo gradual de socialização dos meios de produção na medida das objetivas condições materiais do país e, de outro lado do Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma vez que a ED pretendia ser um partido



popular, não de classe (Lima, 1974 p. 143; Alem, 1989, 40). Um partido socialista sem ser marxista (Chacon, 1985, 173).

O relato de Hermes Lima, um dos signatários da ED e posteriormente parlamentar pelo PSB, Ministro das Relações Exteriores, Primeiro-Ministro e Ministro do Supremo Tribunal Federal, reforça que o surgimento da ED esteve intimamente ligado ao domínio de ideologias não democráticas no Brasil dos anos 1930. Entre (i) o fascismo integralista, (ii) o autoritarismo corporativista oficial e (iii) o comunismo simbolizado pelo PCB, havia precário ambiente para o florescimento de ideologias democráticas (Lima, 1974, 143).

A ED procurou associar-se a ideias políticas já lançadas no passado, de forma a localizar-se em termos longitudinais na história política brasileira. Defendia, nesse sentido, a continuidade de iniciativas de proteção ao trabalho propostas após as greves de 1917 em São Paulo, bem como os esforços de Rui Barbosa no ciclo eleitoral de 1919, que buscava ampliar a proteção aos trabalhadores rurais. Destaca-se o apoio às iniciativas de Lindolfo Collor à frente do Ministério do Trabalho, relativamente à legislação social e do trabalho propostas (*Ibidem*, 150).

Se, por um lado, a ED compartilhava a defesa da democracia e da constitucionalização com a UDN, de outro lado também convergia com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no quesito políticas sociais — caras às populações de menor renda, operárias e urbanas. A criação da ED, no entanto, diferentemente do PTB, não ocorre a partir do Estado, com aproveitamento da estrutura e alcance administrativo-organizacional daí derivados. A ED emerge de grupos intelectuais de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Conforme resume Lima, “Na verdade, (...) os quadros distinguem-se mais pela presença de homens afeitos a tarefas e obras da inteligência, pensadores, escritores, profissionais liberais, artistas, jornalistas do que pela adesão de adeptos procedentes da classe média e operária. A militância do partido tinha cabeça, mas não tinha braços” (Lima, 1974, 196).



O caráter de grupo de elites culturais pode ser percebido na observação de nomes que constam no manifesto de lançamento da ED.⁸ Parece evidente, portanto, que a Esquerda Democrática resulta de esforços de intelectuais para influenciar os rumos políticos do país.

As eleições de 1945 representam o primeiro evento político-eleitoral da ED, ainda que não estivesse esta formalizada enquanto partido político. A aproximação com a UDN e seu candidato, Eduardo Gomes, embalada mais por oposição ao governo da hora que por similaridade ideológica, enfrentou resistência de grupo da ED de São Paulo. Oriundos da União Democrática Socialista, mais resolutos na posição avessa ao regime capitalista, liderados por Antônio Cândido e Paulo Emílio Sales Gomes, esta ala pressionou a ED para o afastamento da UDN logo após o ciclo eleitoral (Chacon, 1985, 170). Passado um ano da formalização da ED ocorreu a primeira convenção nacional, em 1946, e sua transformação um partido político formal.

Estruturada enquanto partido, estabeleceu os pontos norteadores de sua atuação política. Dentre estes, destaca-se a defesa de que eventuais intervenções do Estado na economia, a título de socialização dos meios de produção, deveriam se dar através de apreciação prévia do Parlamento — democraticamente constituído — e executado por órgãos administrativos (*Ibidem*, 422).

A superação das marcadas desigualdades sociais, pontua o programa do partido, deveriam ser suprimidas através de processos democráticos. A ênfase nos processos democráticos, em algum grau, aparece com precedência à aspectos de ordem ideológica e/ou econômica, ponto de marcação de diferenças relativamente ao PCB — e algo aproximadas do socialismo democrático, ou revisionismo, de Bernstein. Em 1947 a ED converte-se em Partido Socialista Brasileiro, nomenclatura sob a qual vai operar até sua suspensão, em 1965.

O desempenho eleitoral do PSB não alcançou, entre 1945 e 1964, substantiva expressão. Nos ciclos eleitorais em que concorreu, obteve resultados limitados e é

⁸ Rubem Braga, José Lins do Rego, Paulo Emílio Sales Gomes, Sérgio Buarque de Hollanda, Antônio Cândido, Hermes Lima (CHACON, 1985, p. 170).



caracterizado pela literatura como pertencente ao grupo de “partidos pequenos” (Campello de Souza 1976, 144). Entretanto, não é possível avaliar o desempenho do PSB no período 1945-1964 sem citar a exclusão do PCB do rol de partidos regulares brasileiros. Isto pois há, sem embargo, alguma transmissão de eleitores do findo PCB para o PSB ao longo dos ciclos eleitorais subsequentes à 1947.

O Partido Comunista Brasileiro, tendo sido fundado em 1922 e passado praticamente desde então na ilegalidade, retomou o *status* de partido regular em 1945, em meio à abertura, e disputou em igualdade legal com as demais siglas. Obteve expressivo resultado eleitoral com Yeddo Fiúza candidato à presidência, alcançando cerca de 10% dos votos apurados.

Em maio de 1947 o partido foi posto novamente na ilegalidade, após ação do Executivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral, sob alegação de ser o PCB um partido antidemocrático e, portanto, encontrar-se em desacordo com as recém-estabelecidas normas de funcionamento partidário (Chilcote 1982, 100). Destaca Chilcote (1982, 97) que o PCB obteve, nas eleições de 1945, a maioria de seus votos em cidades industriais e capitais dos estados, como São Paulo, Recife, Santos, Campinas e Sorocaba. O eleitorado de naipe operário, urbano, uma vez tendo o PCB desaparecido das fichas eleitorais, tenderia a migrar para legendas aproximadas. Estas legendas seriam o PTB e, em menor grau, o próprio PSB, embora aquele tendo surgido de estruturas oficiais, de longo alcance no território, e este surgido de grupos de intelectuais urbanos e de profissionais liberais sem relações consolidadas com o Estado.

Após o período Dutra (1946-1950) na oposição, para o PSB, partido de orientação socialista, com incipiente estrutura organizacional fora dos grandes centros urbanos, seria natural uma aliança com demais siglas de maior potencial eleitoral. Nesse quadro, o PTB despontava como partido catalisador do imaginário popular em relação às políticas sociais propostas também pelo PSB. No entanto, o candidato que liderava o PTB para a rodada eleitoral de três de outubro de 1950 era, precisamente, Vargas.

Presidente após liderar a Revolução de 1930 e estabelecer-se indefinidamente como chefe de governo após a decretação do Estado Novo, Vargas simbolizava o período autoritário. Período este que culminou no aparecimento de grupos políticos favoráveis à



abertura e democratização, como a ED. Assim, embora uma aproximação possível em termos de *policy*, o apoio do PSB ao PTB de Vargas nas eleições de 1950 se revelou ação demasiado pragmática para a direção do partido.

O PSB lançou ao pleito João Mangabeira, político de longa tradição na Bahia. Conforme mencionado por Lima (1974, 216), a escolha de Mangabeira se deu para marcar uma posição de fidelidade aos fundamentos democráticos da ED e do PSB. A aproximação, pelo outro lado do espectro, novamente à UDN e seu candidato, Eduardo Gomes, não avançou por conta do acolhimento deste ao Partido de Representação Popular (PRP), organização integralista, à coligação em formação para o ciclo de 1950.

Sem lastro organizacional, o resultado eleitoral obtido pelo veterano político baiano não atingiu sequer dez mil votos — concentrados no Distrito Federal e em São Paulo. O PSB de então, organização jovem e em busca de afirmação em relação ao meio, deu sinais de privilegiar a distribuição de incentivos coletivos de identidade, como já indicara Panebianco (2005, 4) e Levitsky (1998, 79).

Distante do poder e sem alcance organizacional, o PSB apoiou a candidatura de Juarez Távora no ciclo seguinte, em 1955, compondo a coligação Frente de Renovação Social (UDN, PDC, PL e PSB), derrotada pela chapa Kubitschek-Goulart da Aliança Social Trabalhista (PSD, PTB, PR, PTN, PST e PRT). Nota-se que, a despeito da posição original programática socialista, o PSB aproximou-se de correntes políticas conservadoras, em detrimento daquelas mais ligadas às políticas sociais e trabalhistas. De forma que houve certa diluição sobre alguma infusão de valores proposta no ciclo de 1950.

Apenas nas eleições presidenciais de 1960 o PSB associou-se à coligação de Teixeira Lott (PSD), juntamente ao PTB. Tendo vencido aquele pleito Jânio Quadros (PTN) e renunciado no ano seguinte em favor de João Goulart (PTB), finalmente o PSB alcançou o *status de party in government*, embora como sócio minoritário.

A partir daí, suas lideranças ocuparam pastas no gabinete do período parlamentarista, como o Ministério da Justiça, Minas e Energia e, inclusive, o posto de Primeiro Ministro com Hermes Lima. Após a reinstalação do presidencialismo, em 1963, Hermes Lima seguiu no governo Goulart como Ministro das Relações Exteriores e, em



26 de junho de 1963 assumiu cadeira no Supremo Tribunal Federal — até ser afastado pelo Ato Institucional nº 6, editado em 1 de fevereiro de 1969 pelo chefe de governo *de facto* Artur da Costa e Silva.

É possível pontuarmos, portanto, que a ED/PSB teve origem e formato inicial marcado por (i) associação de intelectuais e quadros políticos; (ii) ausência de estrutura organizacional prévia no Estado; (iii) tentativa de diferenciação do PCB, a partir da defesa intransigente da democracia e seus processos; e (iv) transição de um partido que privilegiou identidade, simbolizada no lançamento de Mangabeira em 1950, para uma maior disposição à alianças com vistas a ocupar espaços de poder — associação com o PTB de Vargas durante o período Goulart e alianças com forças conservadoras. Notamos um baixo grau de institucionalização, quer por infusão de valores, quer por prevalência de padronização de comportamentos e regras do jogo. A seguir, tratamos da questão eleitoral para avaliarmos o quadro de consolidação do partido e promovermos, assim, uma comparação com as demais siglas observadas.

5. Alcance do PSB nos estados e estratégias eleitorais

A eleição de deputados estaduais dá alcance aos partidos nos municípios, muitas vezes distantes e com mando político arraigado, conforme ensinamento de Nunes Leal (1948) e atualização de Braga e Pimentel Jr. (2013). De tal forma, são relevantes para avaliar a extensão do partido em termos de alcance eleitoral e, por conseguinte, de maquinaria partidária, nos primeiros ciclos eleitorais disputados pelo partido. Nesse sentido, pode contribuir para a percepção de zonas de melhor desempenho e formação de bases eleitorais.

Na TABELA 1 a seguir é possível verificar a proporção de votos de cada região brasileira em relação ao total de votos obtidos pelo partido nas eleições às assembleias estaduais. As regiões Nordeste e Sudeste aparecem como base eleitoral mais relevante. Aquela, por ser menos populosa, merece ainda maior destaque quando analisamos os resultados.



TABELA 1 — Proporção de votos por região em relação ao total obtido pelo PSB — legislativos estaduais.

	1950	1954	1958	1962
NE	0,4667	0,5387	0,2504	0,3050
N	0,0000	0,0118	0,1510	0,1850
SE	0,3618	0,3854	0,5986	0,3485
CO	0,0369	0,0000	0,0000	0,1355
S	0,1346	0,0641	0,0000	0,0261

Fonte: Dados estatísticos do TSE (1950 a 1962).

A TABELA 2 detalha a região Nordeste e o desempenho nos estados que a compõem, também em relação à proporção total de votos obtidos às assembleias legislativas estaduais. As células em destaque indicam onde houve entrada do PSB em alianças locais para a disputa legislativa. As eleições legislativas estaduais de 1954 na Bahia, por exemplo, registraram uma coligação entre PSB e PSD, possibilitando um desempenho mais robusto comparativamente às demais praças nordestinas — embora tenha eleito nominalmente 1 deputado estadual, somados aos 16 eleitos pelo sócio PSD. Mesmo sócio minoritário, o PSB logrou maior participação em termos de votos e acesso às instituições de poder estadual.

TABELA 2 — Proporção de votos por região em relação ao total obtido pelo PSB no Nordeste — legislativos estaduais.



	1950	1954	1958	1962
MA	0,0000	0,0000	0,0111	0,0000
PI	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
CE	0,0612	0,0036	0,0000	0,0000
RN	0,0000	0,0000	0,1676 *	0,0000
PB	0,2259	0,0313	0,2507	0,6335
PE	0,1018	0,0351	0,1715	0,1502
AL	0,0676	0,0165	0,0000	0,0000
SE	0,2945 *	0,0131	0,2840 *	0,0000
BA	0,2489	0,9005 *	0,1151	0,2163

Fonte: Dados estatísticos do TSE (1950 a 1962). *Participação em coligações.

De forma similar, em 1958 o PSB alcançou a vitória nas eleições à vice-governadoria em Pernambuco, como cabeça de chapa⁹ em uma aliança com UDN, PTB, PSP¹⁰ e PTN. Já em 1962, compõe novamente a coligação vitoriosa, agora encabeçada pelo PSD. Se o PSB não alcançava protagonismo eleitoral, buscava em alguns estados o caminho possível para obter algum acesso ao poder. A TABELA 3 indica o quadro para a região Sudeste, com presença mais destacada para São Paulo e, sobretudo em 1962, para o Rio de Janeiro.

TABELA 3 — Proporção de votos por região em relação ao total obtido pelo PSB no Sudeste — legislativos estaduais.

	1950	1954	1958	1962
ES	0,0217	0,0000	0,0000	0,0160
RJ	0,0000	0,2452	0,1887	0,2511
SP	0,9783	0,7548	0,8113	0,3587
MG	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
GB				0,3742

Fonte: Dados estatísticos do TSE (1950 a 1962).

⁹ No período em questão havia eleição para o posto de vice, no caso específico, governador. Logo, também havia a composição de alianças partidárias para tal processo eleitoral, com a “cabeça de chapa” sendo o candidato à vice.

¹⁰ Partido Social Progressista (1945 a 1965).



Os estados de São Paulo, Bahia e o conjunto Guanabara, Distrito Federal (exceto 1962, quando a capital é transferida para Brasília) e Rio de Janeiro constituem uma maior presença eleitoral, quando analisadas as eleições legislativas estaduais. Nota-se, também, a presença constante de Pernambuco em todos os ciclos. A eleição ao governo de Pernambuco em 1962 resultou na vitória de Miguel Arraes, então no PTN, que viria a ser importante liderança do PSB no ressurgimento do partido, após a suspensão entre 1965 e 1985.

A tabela 4 traz o quadro de candidatos eleitos, sendo os legislativos estaduais os pontos onde mais candidatos tiveram êxito, individualmente pelo partido e em coligações. Ao observarmos aspectos sobre a consolidação do PSB, vemos que o partido não desenvolveu um conjunto de resultados robustos. No quadro de votos às assembleias legislativas, é possível observar a formação de centros/estados de maior votação. No entanto, os dados nos sugerem que este fenômeno se deu pela participação do PSB em alianças¹¹.

TABELA 4 — Candidatos Eleitos PSB + Coligações.

	1950	1954	1958	1962
Governo estadual	0	1	4	0
Assembleias legislativas	8	12	19	19
Câmara dos deputados	1	4	9	5
Senado	1	0	0	1

Fonte: Dados estatísticos do TSE (1961).

A falta de alcance organizacional no território pode explicar a entrada em alianças, algumas vitoriosas, para o partido mudar de condição, de *status*, obtendo os ganhos de *party in government* — ainda que minorados, haja vista sua colocação de partido pequeno. A institucionalização do PSB, assim, encontra-se no período estudado ainda incipiente e volátil, uma vez que a liderança central do partido se concentra em comunicar de forma

¹¹ As alianças são registradas com diferentes partidos, demonstrando um crescente pragmatismo por sobre a pureza ideológica. Contam-se coligações com PTB, PSD, PST, PTN, PR — ou seja, grande variedade de posicionamentos no espectro ideológico.



consistente seu posicionamento ideológico — e diferenciá-lo do PCB, sobretudo — enquanto ocorriam movimentos *office-seeking* localizados para a entrada em alianças ideologicamente pouco coerentes, conquanto úteis sob o ponto de vista estrutural. Do lado eleitoral, uma coleção de resultados de pequena monta. Começa a aparecer uma figura mais clara, assim, da baixa consolidação geral da sigla.

O PSB, nota-se, teve uma experiência em todo diversa comparativamente aos maiores partidos surgidos na conjuntura de 1945 — PSD, UDN e PTB. Estes derivam, em maior ou menor grau, de estruturas do Estado (aparatos nos estados e municípios que proporcionaram grande alcance eleitoral) (Campello DE Souza, 1976; Chacon, 1985; Alem, 1989). O PSB teve origem na sociedade civil e não nas estruturas administrativas do Estado, de forma a competir em severa desvantagem organizacional. O resultado é observado na fraca consolidação geral da organização — combinadas uma baixa institucionalização e escassos resultados eleitorais.

As alianças citadas apontam para diversificação de uma base almejada, inicialmente, de trabalhadores urbanos, para um apelo mais amplo, inclusive a setores conservadores e, em princípio, avessos ao socialismo democrático do PSB — observar as alianças com o PTN de Jânio Quadros e o PR de Arthur Bernardes, por exemplo. De outro lado, a entrada em alianças deu ao PSB acesso a espaços de poder local substantivos para alguma estruturação organizacional nos estados. Em linha, Alem (1989, 44) já destacou que o PSB não teria neste período maior expressão eleitoral, a não ser quando de sua presença em coligações. Os dados eleitorais corroboram a interpretação .

Esta análise, de passagem, pelo histórico de criação e primeiros anos do PSB oferece uma visão sobre os desafios organizacionais enfrentados. O contexto de recriação dos partidos, em 1945, privilegiou setores com ligações junto às estruturas de governos, em nível federal, nos estados e municípios. O PSB, por sua vez, teve origem em grupos de intelectuais e profissionais liberais urbanos. Assim, não teve a vantagem organizacional verificada nos demais partidos tratados. A sua não consolidação (~Y), portanto, é acompanhada da origem não estatal (~X), esta presente no grupo de referência.

É possível asseverar, ademais, que a consolidação do partido através do voto não se fez presente, registrando fracos desempenhos eleitorais. A projeção do PSB se deu



devido a presença em coalizões de governo, onde suas lideranças puderam ocupar os mais altos postos da administração e colher os frutos de *party in government*. O partido amoldara-se, assim, como partido de quadros, de elites — de notado naipe intelectual. Ausentes, o empuxo administrativo observado nas demais siglas de referência, por um lado, e conexões com setores de massas populares, operárias, por outro. Estes traços fundamentais serão importantes para observarmos em perspectiva a experiência futura do PSB.

Estudos mais recentes que objetivaram melhor entender a estrutura organizacional do PSB já no século XXI, destacadamente Santos e Sandes-Freitas (2019, p. 72) Krause e Godoi (2012, 281), enxergam importância dos estados na geografia eleitoral do partido, especialmente no Nordeste, bem como a crescente diluição ideológica de suas coligações. Os fundamentos desta dinâmica, defendemos, não derivam apenas de decisões conjunturais de lideranças pessebistas frente aos ciclos eleitorais mais recentes, como pontuadas pelos autores, mas contém elementos históricos e organizacionais presentes na própria origem do partido. O contexto de 45 e as soluções de sobrevivência organizativa verificadas são fatores importantes na investigação das causas da não consolidação do PSB no período aqui delimitado. Uma análise contemporânea sobre os sucessos do partido não deve perder de vista os contributos históricos de sua primeira fase.

Comparação histórica e conclusões

Foi proposta análise sobre aspectos organizacionais dos três grandes partidos da República de 1946 e a reconstituição, a traços largos, da conjuntura de 1945. O objetivo foi reunir informações suficientes para inserir o PSB neste estado de coisas e estudar sua experiência, com especial zelo ambiental, reforçando as oportunidades e contingências às quais o partido fora exposto. Na TABELA 6 a seguir são destacados os principais pontos extraídos das observações sobre os partidos-referência e o PSB.



TABELA 6 – Aspectos organizacionais dos partidos selecionados.

	Modelo originário	Institucionalização	
		<i>Value infusion</i>	Rotinização
PSD	Origem no Estado; difusão territorial fortemente artificial; distribuição de incentivos seletivos.	Baixa infusão de valores;	Baixíssima rotinação, padronização de comportamentos e “regras do jogo”.
UDN	Origem parcialmente no Estado/baseada em grupos sociais; difusão territorial mista; distribuição de incentivos coletivos.	Média alta infusão de valores;	Baixa rotinação, padronização de comportamentos e “regras do jogo”.
PTB	Origem no Estado; penetração territorial; distribuição de incentivos coletivos.	Média alta infusão de valores.	Alta rotinação, padronização de comportamentos e “regras do jogo”.
PSB	Origem baseada em grupos sociais; penetração territorial; distribuição de incentivos coletivos.	Volátil; tendência à diluição da infusão de valores.	Baixa rotinação, padronização de comportamentos e “regras do jogo”.

Fonte: Elaboração própria.

Concluimos, dessa forma, que o fraco grau de consolidação do PSB no período estudado não deriva diretamente do modelo organizacional adotado — baseado em elites intelectuais sem relação com massas trabalhadoras, a despeito de organização socialista. Verificamos o peso do Estado como hospedeiro de partidos a partir dele surgidos, tendo estes gozado de sua longa estrutura e alcance no território.

É possível o questionamento acerca do porquê considerar o Estado como entidade originária e não estruturas partidárias prévias a 1945. A este ponto indicamos que no Estado Novo não houve funcionamento de partidos autônomos. Organizações de natureza político-administrativa, entre 1930 e 1945, significavam, sem embargo, organizações do Estado (Campelo de Souza, 1976). Anteriormente, os partidos estaduais eram estruturas de rotação de elites, sem lastro efetivo em votação ampla.

Em uma primeira nota sobre o modelo originário, comparativamente às grandes siglas surgidas da mesma conjuntura de 1945 (PSD, PTB e UDN), vê-se que não houve aproveitamento de estruturas existentes no Estado. O surgimento da ED se dá por associação de grupos críticos ao *status*, às condições políticas vigentes, isto é, ao Estado



Novo. O retorno à democracia animou diferentes organizações, embora estas não tivessem estrutura política — cargos e influência na administração do Estado.

Assim, o seu aparecimento teve fundamento “orgânico”, no sentido de o principal motivador ser o ideal de governança pública democrática. A distribuição de incentivos coletivos, no sentido de Panebianco (2005), e de *value infusion*, no sentido de Levitsky (1998), aos vinculados ao partido seria, fundamentalmente, ligada à ideia de democratização.

A presença territorial não se deu pela atividade de lideranças locais, com bases eleitorais próprias que, posteriormente, associaram-se em um partido político nacional. O seu desenvolvimento parece mais do tipo penetração do que dispersão territorial — não sendo efetivo, de qualquer forma, para consolidação partidária. Achados mais recentes relativamente à força do PSB nos estados (Santos; Sandes-Freitas, 2019) têm fundamento, defendemos, no padrão de coligações da organização — presentes já em seus primeiros ciclos eleitorais.

Há a presença de lideranças e elites notórias nos inícios do PSB, mas estas assumem mais uma roupagem intelectual do que propriamente política. Este fenômeno contribuiu para a constituição do *party brand*, mas teve pouco efeito prático, no sentido eleitoral — alcance organizacional do partido no território e, por conseguinte, ampliação de resultados eleitorais.

O PSB não desenvolveu grandes elites políticas — no sentido de popularidade eleitoral. As bases eleitorais que se constituíram tiveram fundamento em coligações nos estados, exatamente para o aproveitamento das estruturas organizacionais e políticas de partidos alheios. Notadamente a região Nordeste aparece com destaque como aquela que entregou os melhores resultados ao partido, seguida pela região Sudeste com São Paulo e Rio de Janeiro.

Em um teste de suficiência onde X seria a condição das estruturas do Estado como origem dos partidos de 45, e Y o resultado de consolidação destes partidos, temos a pergunta: a ausência de X leva a ausência de Y [$\sim X \Rightarrow \sim Y$]? O resultado é negativo, ou seja, a não ocorrência de X nem sempre leva à não ocorrência de Y.



Em outras palavras, a origem do partido não ser o Estado não significa, diretamente, e guardado o contexto estudado, a ausência de consolidação. O Caso do PCB, nesse pormenor, assume posição de prova em contrário — partido com razoável consolidação, quando legal, haja vista expressivo resultado eleitoral em 1945, mesmo tendo sido constituído por grupos de trabalhadores e intelectuais em 1922, longe dos gabinetes do Estado.

Quanto ao teste de necessidade temos: a presença de X, nos casos estudados, levou ao resultado Y? Embora exista um caso de ocorrência do resultado Y sem a presença de X, nos casos em que X esteve presente, resultou em Y.

Isto é, quando houve Estado na origem dos partidos (X), houve o resultado de consolidação partidária (Y), mesmo que exista caso (PCB) onde houve o resultado de consolidação (Y) mas não houve a presença do Estado na origem do partido (\sim X). Apontam Neto e Rodriguez (2016) que condições necessárias são condições, por assim dizer, capacitadoras, mas não garantidoras, do resultado que se quer explicar.

Entendemos, assim, que a presença do Estado como fonte primária dos partidos da conjuntura de 45 tende a ser uma condição suficiente para a consolidação partidária, mas não necessária para tanto. O PSB, com efeito, não alcançou consolidação, mesmo tendo sido constituído por elites culturais de relevo e, inclusive, uma destas ter ocupado brevemente o posto de chefe de governo. Verificou-se a severa dificuldade de estruturar um partido sem o lastro organizacional do Estado, como PSD, UDN e PTB, de um lado, e sem a aderência ideológica e as lealdades constituídas na clandestinidade, no caso do PCB, de outro lado.

O partido entregou, por assim dizer, notórias lideranças à Quarta República, mas não por seu desempenho eleitoral. Nesta seara, experimentou as dificuldades de um partido sem estrutura ampla nos estados, tendo obtido ganhos eleitorais marginais nos grandes centros urbanos, não raras vezes como sócio em alianças para lograr maior alcance nos municípios e postos de poder. A dominância de PSD, UDN e PTB, nesse sentido, parece dominância organizacional, subtraída do Estado para constituir artificialmente partidos na conjuntura de 45.



Referências bibliográficas

- A Situação: Declarações do Sr. Francisco Campos. (1945) *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03 de março, p. 1, nº15.439, ano XLIV. Disponível em: < [Correio da Manhã \(RJ\) - 1940 a 1949 - DocReader Web \(bn.br\)](#)> Acesso em: 02/08/2023.
- Alem, Silvio Frank. (1989). *Contribuição à história da esquerda brasileira: o Partido Socialista Brasileiro (1945 - 1964)*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Alves, Vinícius Silva. (2023) *Vale quanto pesa? A influência das eleições de governador sobre a composição da Câmara dos Deputados no Brasil (1994-2018)*. In *Opinião Pública*, vol. 29, nº 3, p. 761-791, set.-dez.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz. (1967) *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e Seus Reflexos no Brasil*?. Brasília: Civilização Brasileira.
- Borges, André. (2007) *Desenvolvendo Argumentos Teóricos a partir de Estudos de Caso: O debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa*. Associação Nacional de História. ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História.
- Braga, Maria Socorro.; Pimentel, J. (2013) *Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012*. In *Cadernos Adenauer*, n. 2, pp. 13-36.
- Campelo de Souza, Maria do Carmo. (1976) *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa Ômega
- Cardoso, Fernando Henrique. (1973) *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro.
- Cardoso, Fernando Henrique. (1981) *Os Partidos Políticos e a Participação Popular*. In Fleischer, D. V. (ed) *Os Partidos Políticos no Brasil – Vol. II*, pp. 47-67, 1981.
- Chacon, Vamireh. (1985) *História dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Chilcote, Ronald. (1982) *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Delgado, Lucília de Almeida Neves. (1989). *PTB — do Getúlio ao Reformismo 1945 – 1964*. Rio de Janeiro: Marco Zero.



- Hippólito, Lúcia. (2012) [1985] *De Raposas e Reformistas - o PSD e a Experiência Democrática*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Franco, Virgílio de Mello. (1947) *A Campanha da U.D.N. (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde.
- Fleischer, David Verge. (1981) *Dimensões do Recrutamento Partidário*. In Fleischer, D. V. (ed) *Os Partidos Políticos no Brasil – Vol. I*, pp. 45-63.
- Franco, Affonso Arinos de Mello. (1976) *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Krause, Silvana. Godoi, Pedro Paulo Alves. (2012) *Estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda no Brasil - Uma análise das eleições para governadores (1986-2010)*. Civitas, v. 12, n. 2, pp.-262-297.
- Kreuzer, Marcus. (2024) *The methodological legacies of Theda Skocpol's State and Social Revolutions: Locating the three pillars of comparative historical analysis*. Politics, Vol. 44(4) 530 –542.
- Krouwel, Andre. (2012) *Party Transformations in European Democracies*. Albany, New York: SUNY Press.
- Lamounier, Bolívar. (1980) *Voto de desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis, Vozes.
- Leal, Vinícius Nunes. (2012) [1948] “*Coronelismo, enxada e voto*”. São Paulo: Companhia das Letras.
- Levitsky, Stephen. (1998) *Institutionalization and Peronism: The Concept, the Case and the Case for Unpacking the Concept*. Party Politics, 4(1), pp. 77–92.
- Lima Junior, Olavo Brasil. (1981) *O sistema partidário brasileiro, 1945-1962*. In Fleischer, D. V. (ed) *Os Partidos Políticos no Brasil – Vol. I*, pp. 24-45.
- Lott, Henrique Batista Duffles Teixeira. Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2002.
- Mangabeira, João. (1978) *Socialismo e República no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mahoney, James. (2008). *Strategies of causal assessment in comparative historical analysis*. Cambridge University Press.



- Mahoney, James. (2016) *Toward a unified theory of causality*. Comparative Political Studies, v. 41, n. 4-5, p. 412-436.
- Mahoney, James.; Kimball, Erin.; Koivu, Kendra L. (2009) The logic of historical explanation in the social sciences. *Comparative Political Studies*, v. 42, n. 1, p. 114-146.
- Neto, Lira. (2014) *Getúlio III: 1945-1954*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Neto, Octávio Amorim.; Rodriguez, Júlio César Cossio. (2016) *O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública*. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 50(6):1003-1027, nov./dez.
- Neumann, Sigmund. (1956) *Modern Political Parties*. Chicago: University of Chicago Press.
- Nicolau, Jairo. (2004) Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados. *DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro*, Vol. 47, no1, 2004, pp. 85 a 129.
- Perissinoto, Renato. (2013) *Comparação, história e interpretação — Por uma ciência política histórico-interpretativa*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 28 nº 83.
- Perissinoto, Renato.; Nunes, Wellington. (2023) *Introdução aos Métodos Qualitativos — Comparação Histórica, QCA e Process Tracing*. São Paulo: Edusp.
- Santos, Rodrigo Dolandeli dos; Sandes-Freitas, Vitor Eduardo Vveras. (2019). *A relevância das eleições municipais: uma análise da trajetória e da força política do PSB*. Revista de Sociologia e Política, v. 27, n. 72, pp. 01-31.
- Soares, Gláucio. Ary. Dillon. (1973) *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Soares, Gláucio Ary Dillon. (1981) *Formação dos Partidos Políticos Nacionais*. In Fleischer, D. V. (ed) *Os Partidos Políticos no Brasil* – Vol. I, pp. 07-24.
- Schmitt, Rogério Augusto. (2000) *Partidos Políticos No Brasil (1945-2000)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. (2004) *Velhas Teses, Novos Dados: Uma Análise Metodológica*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, pp. 729 a 762.
- Tilly, Charles.; McAdam, Doug.; Tarrow Sidney. (2001) *Dynamics of Contention*. Cambridge University Press.

